



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
2ª Vara Judicial da Comarca de Estrela

Rua XV de Novembro, 5 - Bairro: Centro - CEP: 95880000 - Fone: (51) 3712-1324 - Email:
frestrela2vjud@tjrs.jus.br

**DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE Nº 5000865-
97.2021.8.21.0047/RS**

AUTOR: VERNO AREND (SUCESSÃO)

RÉU: LONGEVITA - PRODUTOS HIGIENICOS LTDA (EM LIQUIDAÇÃO JUDICIAL)

DESPACHO/DECISÃO

Vistos.

Aporta aos autos pedido aventado pela arrendatária do estabelecimento empresarial, através do qual noticia a reativação das atividades empresariais e a necessidade de certidão/alvará/ofício, para dispensar a empresa liquidante da apresentação da certidão negativa de tributos estaduais. Assevera a intenção de participação em certames licitatórios, mas que, devido à existência de pendências tributárias, resta inviabilizada a expedição pelo Fisco Estadual das certidões negativas de débitos, comumente exigidas na habilitação licitatória.

O Liquidante concorda com o pedido, salientando que a medida mostrará benéfica ao Estado, porquanto viabilizará a quitação dos tributos devidos.

Decido.

Considerando os elementos apresentados, não verifico óbices ao pedido, uma vez que, conforme salientado pelo Liquidante nomeado, a medida servirá como sucedâneo à continuidade das atividades empresariais, gerando lucros, viabilizando a quitação dos débitos pendentes.

Logo, **DEFIRO** o pedido aventado pela arrendatária, para **DISPENSAR** a apresentação de quaisquer certidões negativas de débitos tributários (tributos federais, estaduais, municipais, previdenciários, FGTS, trabalhistas e de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial) pela **LONGEVITA - PRODUTOS HIGIENICOS LTDA (Em Liquidação Judicial) - CNPJ/MF sob o nº 04.718.347/0001-25**, em procedimentos licitatórios que participar, até a tramitação final do presente processo judicial.

Servirá a presente decisão como ofício para encaminhamento.

Outrossim, cabível igualmente o pedido para abertura de nova conta em nome da empresa Longevita, permitindo operações separadas das contas correntes existentes do passado.

Servirá a presente decisão como ofício para encaminhamento.

Dil. legais.

Documento assinado eletronicamente por **CAREN LETICIA CASTRO PEREIRA, Juíza de Direito**, em 17/8/2021, às 8:37:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://eproc1g.tjrs.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, informando o código verificador **10010245193v3** e o código CRC **29aee283**.

5000865-97.2021.8.21.0047

10010245193.V3